

*Nas Malhas do Feitiço:  
o Historiador e os Encantos dos  
Arquivos Privados*

---

*Angela de Castro Gomes*

São Paulo, 1. 6. 1936

Meu caro Capanema

Agora sou eu que venho lhe fazer um pedido. Mas não se assuste:  
não é emprego pra ninguém não.

O número da “Revista Brasileira de Música”, aí da Universidade Federal,  
dedicado a Carlos Gomes, vai sair realmente conspícuo.

(...) Mas todos nós sonhamos com umas palavras de abertura, questão  
de 15 a 20 linhas, numa página inicial em branco, assinadas por você.

O pessoal amigo aí do Rio me contou desolado que você dissera não ter tempo  
para isso. Eu compreendo muito bem (...), mas tomei para mim a iniciativa de

---

*Nota:* Este texto contém comentários às conferências proferidas por Christophe Prochasson e Telê Porto Ancona Lopez na sessão sobre o tema *As leituras possíveis dos documentos pessoais* do Seminário Internacional sobre Arquivos Pessoais, Rio/São Paulo, CPDOC-FGV/IEB-USP, novembro de 1997.

insistir, desculpe. Não podemos ficar sem você que no momento é realmente a figura simbólica, pelo seu trabalho pessoal, dos esforços culturais que vamos fazendo uns e outros. Simplesmente porque você é o que mais faz. (...)

É uma questão moral, Capanema. Uma questão de ordem e equilíbrio, uma questão, não de ministro (no sentido político) mas de ministro de educação (no sentido da organização nacional).

E que você de fato encarna.

Com um abraço do  
Mário de Andrade

Decidi iniciar estes comentários com a leitura deste pequeno trecho de uma carta do intelectual Mário de Andrade ao ministro da Educação e Saúde Gustavo Capanema, por considerar que ele me permitiria não só traçar laços entre as exposições dos conferencistas cujas intervenções devo comentar, como explicitar os pontos que eu mesma gostaria de destacar no instigante tema de fundo desta mesa: o historiador e seu encantamento diante dos documentos pessoais, encontrados preferencialmente, mas não exclusivamente, em arquivos privados.

O primeiro desses pontos refere-se ao momento e às características do campo historiográfico quando da ocorrência do que poderíamos chamar, numa linguagem sociológica, a “rotinização” do uso dos arquivos privados ou, numa linguagem mais jornalística e palatável ao senso comum, o *boom* dos arquivos privados.

Como o professor Prochasson assinala, essa descoberta/encontro do historiador com os arquivos privados é razoavelmente recente, datando dos anos 1970, na Europa em geral, e na França em particular. Até então, eram os historiadores da arte que, usando sua expressão, “santificavam” esse tipo de fonte “privada”. Ou seja, e é o que quero ponderar, historiadores que não trabalhavam com os temas até então hierarquizados como os mais “nobres” da disciplina, aqueles realmente determinantes da história; e, ainda arrisco, historiadores que lidavam com artistas – quer dizer, com indivíduos que se querem e são, com freqüência, reconhecidos como “únicos e excepcionais” –, não podendo, por isso, se furtar ao exame de um tipo de material obviamente centrado nesses indivíduos tão particulares. A descoberta dos arquivos privados pelos historiadores em geral está, por conseguinte, associada a uma significativa transformação do campo historiográfico, onde emergem novos objetos e fontes para a pesquisa, a qual, por sua vez, tem que renovar sua prática incorporando novas metodologias, o que não se faz sem uma profunda renovação teórica, marcada pelo abandono de ortodoxias e pela aceitação da pluralidade de escolhas. Isto é, por uma situação de marcante e clara diversidade de abordagens no “fazer história”.

Fica bem ressaltada, assim, a enorme importância, no interior desse rearranjo do campo historiográfico, da *história cultural*, e eu gostaria apenas de agregar algumas observações complementares, com o desejo de pensar tais transformações sob a ótica da experiência dos historiadores brasileiros.

Uma delas diz respeito à questão da própria história da história cultural, que se vincula tanto a uma crítica da chamada *história das idéias*, acusada de descarnar as idéias descontextualizando-as e/ou reduzindo-as a determinismos sócio-econômicos simplistas, quanto a uma crítica da chamada *história das mentalidades*, ampla e complexa, mas responsável por um tratamento estruturalista, quantitativista e psicologizante dado ao tema da cultura.

A *história cultural* que, *grosso modo*, vai sendo proposta a partir desse longo esforço de reflexão e aprendizado, se quer distinta porque recusa fundamentalmente a “expulsão” do indivíduo da história, abandonando quaisquer modelos de corte estruturalista que não valorizem as vivências dos próprios atores históricos, postulados como sujeitos de suas ações. Ao fazê-lo, essa história cultural também rejeita as oposições entre coletivo e individual e entre quantitativo e qualitativo, assumindo um enfoque que trabalha com ambos os termos, mas que, em função da reação que representa, inova ao postular a dignidade teórica do individual e a fecundidade metodológica do qualitativo. Por repensar modelos macro-históricos e por considerar a “experiência” dos homens em seu tempo e lugar como crucial para o entendimento dos processos sociais, essa história cultural floresceu em grande parte associada a uma mudança na escala de trabalho do historiador, vale dizer, associada à micro-história.

Nessa “nova” história cultural, podem ser incluídas as abordagens de uma “história social das idéias”, de uma “história da cultura” de forte referencial antropológico, e também daquilo que, na França, se chama “história de intelectuais”, mais centrada nas elites culturais e em sua dinâmica de sociabilidade. Os conceitos que povoam essa grande e diversificada área de trabalho vêm de mais de uma disciplina e de vários e diferentes autores: visão de mundo; *habitus* e campo; estrutura da conjuntura; circulação de idéias; apropriação cultural; tradição e sociabilidade intelectuais; experiência; projeto e campo de possibilidades; geração, trajetória e biografia, entre alguns que se pode destacar.

É nessa vertente da história cultural que muitos historiadores, como o professor Prochasson, se colocam, retomando inclusive um diálogo com a literatura que possui múltiplas frentes, o que não cabe aqui comentar. Mas esse diálogo é realmente amplo, fazendo-se também com a sociologia, a antropologia e a ciência política, uma vez que um dos desdobramentos das transformações historiográficas de fundo que então ocorrem é uma diluição de fronteiras rígidas entre social, político e cultural. Não estou querendo com isso dizer que não se possa mais usar esse tipo de “classificação”, mas sim que com frequência ela é inútil, o

que pode ser ilustrado pela própria delimitação de categorias, digamos, de “trânsito”, como a de cultura política.

Ou seja, estou querendo destacar que, se o *boom* dos arquivos privados se prende a uma revalorização do indivíduo na história e, por isso, a uma revalorização da lógica de suas ações – pautadas em intenções que são escolhas em um campo de possibilidades que tem limites mas oferece alternativas –, não apenas a história cultural está no centro dessa transformação, mas igualmente uma “nova” história política e uma “nova” história social, cujas fronteiras são fluidas e móveis.

Minha intenção, ao ressaltar esse ponto, é justamente poder trazer a reflexão para a nossa experiência como historiadores e arquivistas. E falo de maneira consciente em “nossa”: refiro-me à experiência de uma geração que, no Brasil, viveu a “instalação” e a “descoberta” dos arquivos privados, e que hoje vive sua plena “aceitação e rotinização” pela academia do país e do exterior. Uma geração que, para o bem ou para o mal, é a geração na qual particularmente me incluo.

Isto porque, é bom recordar aqui, duas das mais importantes instituições de guarda de arquivos privados no Brasil também se constituíram nos anos 1970: o CPDOC, na FGV, e o Arquivo Edgard Leuenroth, na Unicamp, o primeiro destinado a guardar os papéis privados de homens públicos da política brasileira do pós-1930, e o segundo a documentação de expressivas lideranças do movimento sindical. Logo, se o Brasil não se adiantou ao mundo, como a megalomania de nossa cultura política gosta de propagar, também não andamos à velocidade de carroça de boi, como o não menos forte sentimento de atraso e inferioridade colonial também gosta de assinalar. Andamos: constituindo e nos encantando com nossos arquivos privados; viajando para o exterior em busca de outros; abrindo os nossos arquivos aos pesquisadores estrangeiros, que não foram poucos nem de pouco mérito. Andamos, e não estou me detendo aqui nos arquivos privados que integram o acervo de outras instituições públicas, entre as quais um exemplo paradigmático é a documentação de Mário de Andrade e, nela, a sua correspondência passiva agora aberta ao público.

Finalmente, pensarão os ouvintes, a carta de Mário vai ter o seu uso. De fato, a carta do intelectual-político Mário de Andrade ao político-intelectual Gustavo Capanema ilustra, para mim, de um lado, a centralidade que a história política teve, no Brasil, no desencadeamento do interesse dos historiadores pelas “fontes privadas”. Ao mesmo tempo, ela mostra a conexão direta dessas fontes com a história cultural, particularmente com a das elites culturais, para as quais a correspondência é lugar de socibilidade: é lugar de troca de idéias, de construção de projetos, de amores e de ódios e por fim, mas não em último lugar, de pedir emprego, porque intelectual geralmente é pobre, mas é ambicioso.

Assim, os laços entre uma “nova” história política, social e cultural, no Brasil, são indissociáveis da própria materialização, em arquivos privados, de uma boa parcela de suas fontes, que passaram a exigir novos procedimentos tanto de arquivamento quanto de pesquisa historiográfica. Vivi intensamente no CPDOC, na virada dos anos 1970, essa “febre” contagiante cujas etapas eram: localizar o arquivo; seduzir o potencial doador; receber e tratar a documentação e ... salve! trabalhar em primeiríssima mão com aquele mundo de documentos pessoais nunca dantes navegados.

Se fomos praticamente contemporâneos do movimento de utilização crescente de fontes privadas, também o fomos da tentação de “cair nas malhas do feitiço” dessas verdadeiramente encantadoras fontes.

E aí Mário de Andrade é muito útil, pois seu feitiço é forte e pode ser – na linha de reflexão do professor Prochasson, que subscrevo inteiramente – fatal. Mário é absolutamente brilhante como intelectual: é arguto, irônico, tem humor e amor em seus textos. Quer seduzir o seu leitor; e usa a correspondência para tecer sua teia e nela prender os que se deixam atrair. Ele seduziu seus destinatários em amplíssima maioria e continua seduzindo seus leitores-pesquisadores fascinados pela “autenticidade” – e estou me apropriando da categoria – de seu documento/pessoa.

Este é o grande feitiço do arquivo privado. Por guardar uma documentação pessoal, produzida com a marca da personalidade e não destinada explicitamente ao espaço público, ele revelaria seu produtor de forma “verdadeira”: aí ele se mostraria “de fato”, o que seria atestado pela espontaneidade e pela intimidade que marcam boa parte dos registros. A documentação dos arquivos privados permitiria, finalmente e de forma muito particular, dar vida à história, enchendo-a de homens e não de nomes, como numa *histoire événementielle*. Homens que têm a sua história de vida, as suas virtudes e defeitos e que os revelam exatamente nesse tipo de material.

Para o historiador, um prato cheio e quente. E acredito que, para ser degustado com o prazer que pode proporcionar, os historiadores devem se municiar dos nada novos procedimentos de crítica às fontes, guarnecidos com escolhas teóricas e metodológicas capazes de filtrar o calor, de maneira a não ter a boca queimada.

Algumas considerações apenas sobre as duas faces do feitiço. Não é privilégio da historiografia brasileira, como às vezes se acredita, numa idealização do que se faz no “exterior”, a fábula do historiador que naufraga num mar de documentos por ausência de rumo, de uma idéia razoável para lidar com a documentação que se tentou selecionar para a pesquisa. A tentativa às vezes é acompanhada de fracasso, pelo fato de o pesquisador não conseguir fazer suas escolhas e, portanto, não ter coragem e segurança para descartar muito do que

coletou, hierarquizando seus documentos e deixando claro para o leitor que é ele, pesquisador, quem conduz a fonte, e não é por ela conduzido/possuído.

Para tanto, também como o professor Prochasson adverte, é bom não confundir a qualidade/originalidade da fonte com a qualidade/densidade do texto. Este dependerá sempre e fundamentalmente da qualidade do historiador – ainda bem, a meu ver. A descoberta, a produção e a invenção de fontes podem ser infinitas, mas a imaginação e a criatividade do pesquisador estão na própria origem desse processo que, como se viu, se articula com as permanentes transformações do campo historiográfico.

Porém o encanto dos documentos pessoais tem a sua especificidade, e ela poderia ser batizada de “a ilusão da verdade”. Essa ilusão é tanto mais perigosa, a meu ver, quanto mais está relacionada ao que talvez de mais rico os documentos pessoais podem nos trazer. Como me referi antes, as novas tendências historiográficas têm buscado crescentemente dar vida à história: dar cor e sangue aos acontecimentos, que não “acontecem” naturalmente, mas são produzidos por homens reais, quer das elites, quer do povo. Nesse sentido, os documentos pessoais permitem uma espécie de contato muito próximo com os sujeitos da história que pesquisamos. Neles “nossos” atores aparecem de forma fantásticamente “real” e “sem disfarces”. Nós, historiadores, podemos passar a conhecê-los na “intimidade” de seus sentimentos e nos surpreendemos a dialogar com eles e até a imaginar pensamentos.

Mário de Andrade pode voltar a ser muito útil para esse ponto. Em sua obra, talvez ele tenha construído dois monumentais personagens: um é Macunaíma e o outro é Mário de Andrade. Ambos, como lembra Bourdieu, têm um nome próprio como marca identitária. Mas ambos são muitos homens construídos por um autor e que se transformam ao longo do tempo, assumindo formas e até cores diferenciadas. Contudo, se sabemos que Macunaíma é uma criação de Mário de Andrade, podemos nos enganar ao desconhecer que, em seus documentos pessoais, Mário está rigorosamente, consciente ou inconscientemente, não importa, construindo sua imagem para si e para os outros, em muitos tempos e na história. Uma imagem que pode ser múltipla, e que está presente nos documentos pessoais e em seu próprio processo de acumulação, ou seja, no arquivo privado.

É sob essa ótica que a “espontaneidade”, a “autenticidade” e a “verdade” dos documentos pessoais precisa ser trabalhada. De forma alguma para ser desconsiderada, mas exatamente para ser refletida e problematizada, sendo associada a outros tipos de documentação e sofrendo o crivo de um rigoroso tratamento teórico-metodológico. Nisso os documentos pessoais em nada diferem de todos os demais documentos históricos. Dito de outra forma, o feitiço pode estar em toda parte, havendo apenas alguns lugares mais perigosos que outros.

Contudo, talvez como uma criança, eu considere esses os lugares mais interessantes para a pesquisa histórica. Talvez, repetindo, porque tenha aprendido a ser historiadora lidando exatamente com esse tipo de documento. Confesso-me, então, não só atraída, mas viciada em arquivos privados e documentos pessoais. Não consigo, hoje, achar graça em narrativas históricas que não me tragam de alguma maneira uma dimensão humana aos processos sociais. Mas sei muito bem, como pesquisadora e orientadora, dos encantos que rondam essa seara. Por isso, vou concluir contando um caso que se passou comigo.

Ao entrar para o CPDOC, em 1976, fui coordenar uma pesquisa sobre a Assembléia Nacional Constituinte de 1934. Acreditávamos – e estávamos certos – que em breve teríamos uma funcionando no país. O projeto era estudar as experiências anteriores, e isso foi feito para a Constituinte de 1934, mas não para a de 1946, como estava previsto. Nesse trabalho, li jornais, revistas, e frequentei intensamente os documentos pessoais de políticos, além de fazer entrevistas. Um belo dia, recebi um telefonema de um funcionário do Banco do Brasil, solicitando que passasse na agência, pois havia lá um cheque meu que não podia ser descontado. Eu me assustei, achando que o cheque estava sem fundos. Ele me tranqüilizou: “Não senhora, o cheque tem fundos, mas não sabemos por que está datado de 1934.”

Como provocação final para o debate, eu diria que podemos cair nas malhas do feitiço, prazenteiramente, como um Macunaíma, mas sabendo que somos nós, os historiadores, os autores da história que escrevemos. Essa história certamente não é a única, nem mesmo a melhor. O fundamental é saber conviver com a seriedade e a diversidade, ambas virtudes da boa academia e da boa democracia.

*(Recebido para publicação  
novembro de 1997)*